

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:
10000006307/22

6. AUTUADO: VISION DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA
CNPJ/CPF: 19.051.175/0001-56
PROCESSO: ADR21 00005681/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:
10000006569/22

7. AUTUADO: GRANO SQUARE PRODUTOS NATURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 20.443.349/0001-05
PROCESSO: SES 56337/21
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:
10000006575/22
8. AUTUADO: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
CNPJ/CPF: 02.816.696/0001-54
PROCESSO: ADR21 00005521/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:
10000006551/22

9. AUTUADO: CRI CLIN. RADIOLOGICA DE ITAJAI LT
CNPJ/CPF: 01.400.560/0001-04
PROCESSO: SES 00076946/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:
10000006434/22

7. AUTUADO: SUPERMERCADO DECESARE LTDA ME
CNPJ/CPF: 80.667.579/0001-80
PROCESSO: ADR06 00002825/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA:
10000006499/22

Cod. Mat.: 850898

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2022TR001681.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, mantenedora do Hospital Regional do Oeste, com sede no município de Chapecó. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de saúde, com a finalidade de oferecer melhor atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) por parte do CONCEDENTE, em 02 (dois) parcelas. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2022011639, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2022NE021444, de 25/08/2022, constante no processo SES 139192/2022. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de março de 2023, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 25 de agosto de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Reinaldo Fernandes Lopes, pela Associação. Mjr/SCC.

Cod. Mat.: 851030

Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial

Polícia Militar

PORTARIA Nº 327/PMSC de 25/08/2022.
DISPENSO, a pedido, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007, combinado com o Art. 16 inciso I do Decreto nº 333 de 31 de maio de 2007, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, **Falco Barrozo Tolentino**, Coronel PM RR Mat. 919726-5 **a contar de 01/09/2022.**

MARCELO PONTES
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 850729

PORTARIA Nº 328/PMSC de 25/08/2022.
DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o § 4º do Art. 10 do Decreto nº 333/07 e LC 767/2020 e com Decreto-Lei 1274/2021, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado

– **Luiz Amarildo Pereira**, 3º Sargento PM RR Mat. 910372-4 **a contar de 01/09/2022.**

MARCELO PONTES
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC
Cod. Mat.: 850866

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL
Processo nº 21600.2019.55486 do AIA nº 49921-A – ALFONSO LUIZ KOEPEL – CPF: 053.XXX.XXX-XX
ATIVIDADE: Pesca predatória mediante uso de petrecho proibido, sendo utilizadas duas redes e pescados 12,5 kg (doze vírgula cinco quilogramas) de peixes nativos da espécie popularmente conhecida como traíra, sem autorização do órgão ambiental competente. **DECISÃO:** APLICAR a sanção de ADVERTÊNCIA e destruição dos bens apreendidos. Desta decisão cabe recurso ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) no prazo de 20 (vinte) dias úteis nos termos dos artigos 27, 28, 29 e 30 da Portaria IMA/CPMA 143/2019.
Canoinhas - SC, 07 de maio de 2020.
FERNANDO LUIZ LOPES
Autoridade Ambiental Fiscalizadora.
Cod. Mat.: 850617

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

Processo Administrativo Por Inadimplência Contratual (PAIC)
nº 001/DALF-CT/2020
SGP-e: PMSC 2414/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.053, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e em observância ao processo administrativo instaurado em desfavor da empresa INCAB - INSTITUTO CARLOS AUGUSTO BITENCOURT, CNPJ 06.103.062/0001-05, relativo à execução do Contrato Administrativo nº 140/PMSC/2019, objeto do Pregão Eletrônico nº 076/PMSC/2019, após apreciação dos documentos, pareceres e relatórios juntados aos autos, resolve:

- Anuir com as alegações pontuadas pela Assessoria Jurídica da PMSC, em parecer de lavra do Advogado Leonardo Gianotti de Nonohay, visto que ficou comprovado o ocorrido, e a ré não contrapôs o fato, reconhecendo tacitamente o descumprimento do ajustado.
- Acolher a conclusão do Encarregado no relatório de processo administrativo, concluindo que a empresa processada infringiu a cláusula quinta, alíneas “a”, “b”, “g”, “i” e “k”.
- Assim sendo, a empresa processada está sujeita às sanções administrativas previstas na Cláusula Oitava, do Contrato Administrativo nº 140/PMSC/2019, bem como ao que dispõe o Artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- Em relação aos antecedentes, não há registros anteriores, junto a esta administração que desabonem a processada. Entretanto, os acontecimentos provenientes das falhas ocorridas na execução do contrato, tomaram proporções homéricas graças à velocidade que as coisas são difundidas nos meios eletrônicos, a banca de concurso, e principalmente a Polícia Militar, foram ridicularizadas nas redes sociais, com todo o tipo de chacota imaginável, qual conspurcou a imagem desta instituição quase bicentenária.
- Por esta razão, aplico as seguintes sanções administrativas à empresa INCAB - INSTITUTO CARLOS AUGUSTO BITENCOURT, CNPJ 06.103.062/0001-05:

- MULTA**, conforme Cláusula Oitava, inciso II, alínea “c” do contrato, que prevê multa de até 20% (vinte por cento), coadunando ao previsto no art. 7 da Lei nº 10.520/2002, c/c o Art. 87, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, qual fixo em 20% (vinte por cento) do valor do contrato (R\$ 990.000,00), ficando estabelecida a multa contratual sancionatória em R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais);
- SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo prazo de 30 (trinta) meses**, na forma da Cláusula Oitava, inciso III, alínea “e” do contrato.

6. À Seção de PAIC/DALF para:

- Publicar a decisão no Diário Oficial do Estado (DOE) e Boletim Eletrônico PMSC;
- Cientificar a contratada desta decisão administrativa, concedendo a esta o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, letra “f” da Lei nº 8.666/1993;
- Emitir a guia de depósito identificado para o pagamento da multa pela empresa;

6.4 Providenciar a inclusão da penalidade no Cadastro de Penalidades do Estado (CADPEN) e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da empresa em questão;
6.5 Por fim, os autos que ainda tramitam fisicamente, devem ser arquivados, assim como os autos digitais.

Florianópolis, 23 de agosto de 2022

André Cartaxo Esmeraldo
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças
Cod. Mat.: 850754

Polícia Civil

PORTARIA Nº 619/GAB/DGPC/PCSC, de 22/08/2022.
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2021**, no qual é acusado o servidor de matrícula nº 953.574-8, mandado instaurar pela Portaria nº 452/GAB/DGPC/PCSC, de 18/05/2020, publicada no DOE nº 21.430, de 06/01/2021, com efeitos a contar do dia 29/08/2022.
Marcos Flávio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 849793

PORTARIA Nº 624/PCSC/DGPC/CORPC de 23/08/2022
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 01/2022**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 966.324-0, mandado instaurar pela Portaria nº 1062/PCSC/DGPC/CORPC de 29/10/2021, publicada no D.O.E. nº 21.683, de 07/01/2022, com efeitos a contar do dia 05/08/2022.

Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 850809

PORTARIA Nº 625/PCSC/DGPC/CORPC de 23/08/2022
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da **Sindicância Acusatória nº 09/2022**, no qual é sindicado o servidor de matrícula nº 609.936-0, mandado instaurar pela Portaria nº 1247/PCSC/DGPC/CORPC de 30/12/2021, publicada no D.O.E. nº 21.720, de 02/03/2022, com efeitos a contar do dia 29/08/2022.

Alessandro de Sousa Isoppo
Corregedor-Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 850811

PORTARIA Nº 626/GAB/DGPC/PCSC de 23/08/2022
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Disciplinar nº 11/2021, no qual é acusada a servidora de matrícula nº 953.558-6, mandado instaurar pela Portaria nº 455/GAB/DGPC/PCSC, de 19/05/2020, publicada no DOE nº 21.430, de 06/01/2021, com efeitos a contar de 29/08/2022.

Marcos Flavio Ghizoni Junior
Delegado-Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 850812

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA – PCSC – EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 2022TN001692. **PARTICIPES:** O Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC e o Município de Itapema. **OBJETO:** A realização de CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL, para 48 (quarenta e oito) Guardas Municipais de Itapema/SC. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da sua publicação no DOE. **DATA:** 26 de agosto de 2022. **SIGNATÁRIOS:** Marcos Flavio Ghizoni Junior, pela PCSC, e Nilza Nilda Simas, pelo município de Itapema.

Cod. Mat.: 850882

PORTARIA Nº 051/SSP/DGPC/GEPLA, DE 26 DE AGOSTO DE 2022.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VI, do Decreto 1.860, de 13 de abril de 2022, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**